

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 3
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-448-1

DOI 10.22533/at.ed.481202909

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A realidade das políticas públicas tem se tornando claramente complexas em função do número crescente de temáticas que, não apenas o Estado, mas a própria Sociedade Civil, passa a lidar no dia-a-dia no interesse da *res pública*, o que torna este campo de estudos particularmente rico na conformação de agendas de pesquisas e na projeção de análise descritivas e prescritivas com base em diferenciados paradigmas ideológicos.

Tomando como objeto central de pesquisa a realidade empírica das políticas públicas no Brasil, a presente obra se apresenta como um trabalho coletivo desenvolvido com várias mãos e em colaboração intelectual em distintas partes do país, resultando assim em uma peça investigativa que suscita um olhar plural por meio da combinação de distintos recortes teórico-metodológicos.

Fruto de um trabalho coletivo de 36 pesquisadoras e 18 pesquisadores oriundos de Instituições de Ensino Superior público e privadas, bem como de Instituições da Administração Pública, a presente obra apresenta o resultado de pesquisas desenvolvidas de modo colaborativo em 13 estados, refletindo assim sobre as políticas públicas em todas as cinco macrorregiões brasileiras.

Escrito por meio de uma linguagem simples e acessível a um amplo público, o presente livro fundamenta sua narrativa discursiva a partir da combinação de um conjunto de análises sobre a realidade das políticas públicas no Brasil em diferentes áreas temáticas, a qual se manifesta empiricamente em distintas escalas de espacialização ou mesmo de periodização no tempo.

O livro “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 3” apresenta uma visão maximalista sobre as políticas públicas no Brasil a partir de uma leitura plural que se fundamenta em três eixos temáticos, sendo eles, respectivamente relacionadas a Administração Pública, Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), e Políticas Urbanas, Rurais, Fronteiriças e de Planejamento Territorial.

No primeiro eixo temático, 4 agendas de estudos sobre a Administração Pública são apresentadas por meio de discussões relacionadas às políticas públicas que valorizam a teoria do capital humano na gestão da inovação no setor público, mecanismos de controle social na Administração Pública, monitoramento e avaliação na gestão pública, bem como os processos motivacionais de agenda *setting*.

No segundo eixo temático, 6 capítulos exploram o sistema de proteção social e o mutagênico Estado de Bem Estar Social no Brasil, por meio de uma série de discussões que versam sobre desigualdade de renda no país, Sistema Único de Assistência Social, previdência, bem como temas de crescente abertura não estatal a atores de Economia Solidária e a Organizações da Sociedade Civil.

No terceiro eixo temático, os 9 capítulos finais do livro são apresentados por meio de discussões que versam sobre as políticas públicas de turismo, habitação e cultura na periferia, bem como políticas específicas que incidem nas fronteiras ou no contexto rural relacionadas à agricultura familiar, extensão rural e à participação de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Com base nos 19 capítulos apresentados nesta obra, por meio de uma lógica discursiva de gradação crescente nas temáticas abordadas, a pluralidade de pensamento se manifestou como uma peça chave para abordar distintas realidades temáticas das políticas públicas no tempo e no espaço, com base em *expertises* específicas dos pesquisadores envolvidos e em recortes teórico-metodológicos variados que valorizam a riqueza deste campo de estudos. Sejam todos bem vindos ao campo das políticas públicas. Excelente leitura!

. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O FATOR HUMANO COMO ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA A GESTÃO DA INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Geralda Genuina da Fonseca

Ruy Alves Rodrigues Pinheiro

Júnior Cleber Alves Paiva

Mariana Silveira de Oliveira

Rafael Luis da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029091

CAPÍTULO 2..... 13

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO PRÓ-SEMIÁRIDO NA BAHIA

Carla Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.4812029092

CAPÍTULO 3..... 23

CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO COM SUPORTE EM UM CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Gislan Santos Sampaio

Jacqueline Cunha da Serra Freire

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.4812029093

CAPÍTULO 4..... 34

MOTIVAÇÕES PELAS QUAIS UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DEVA SE INTERESSAR PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

DOI 10.22533/at.ed.4812029094

CAPÍTULO 5..... 52

O DEBATE SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: A CONTROVÉRSIA DOS ANOS 70 E A CONVERGÊNCIA NOS ANOS 90

Rodrigo Mendes Gandra

DOI 10.22533/at.ed.4812029095

CAPÍTULO 6..... 73

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E A CENTRALIDADE NA FAMÍLIA COMO PADRÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Lúcia Helena Dantas Martins

Ariele França de Melo

Andressa Sonja Pereira de Castro

Jéssica Katariny Oliveira da Silva

Emanuelle Monaliza de Sousa Gomes

Maria Tereza Martins de Souza

Leane Taise da Mota
Letícia Karoline Brito Medeiros Dantas
Felippe Silva dos Santos
Thássila Tamires Batista Alves
Shirlany Sayonara França Bezerra
Luana Maria Miranda de Moura Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029096

CAPÍTULO 7..... 85

O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A PERSPECTIVA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Gissele Carraro
Jane Cruz Prates
Solange Emilene Berwig

DOI 10.22533/at.ed.4812029097

CAPÍTULO 8..... 98

PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL: ENTRE A PREVIDÊNCIA OBRIGATORIA E A PREVIDÊNCIA VOLUNTÁRIA

Cleci Maria Dartora
Wilson Itamar Godoy

DOI 10.22533/at.ed.4812029098

CAPÍTULO 9..... 111

PROJETO OSC LEGAL: ADEQUAÇÃO LEGAL E CAPACITAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Edna Alves Muniz
Ana Laura Lavor de Castro

DOI 10.22533/at.ed.4812029099

CAPÍTULO 10..... 120

POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOB O PÊNDELO DA SUPERAÇÃO OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA?

Caroline Goerk
Fábio Jardel Gaviraghi
Gleny Terezinha Duro Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.48120290910

CAPÍTULO 11..... 132

A ROTA DAS EMOÇÕES NO CONTEXTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PIAUÍ/ BRASIL

Simone Cristina Putick
Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira
Luzia Neide Coriolano
Milton Augusto Pascotto Maniane
Maria Majaci da Silva

DOI 10.22533/at.ed.48120290911

CAPÍTULO 12.....	145
IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO PARA AS CIDADES	
Maria Laís Alves de Araujo	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Amanda Virgínia Lima do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.48120290912	
CAPÍTULO 13.....	156
POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS PERIFERIAS – ESTUDO DE CASO “A BATALHA DOS BARBEIROS”	
Veronica Diaz Rocha	
Newton Augusto Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.48120290913	
CAPÍTULO 14.....	171
A CONTRIBUIÇÃO DA EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	
Joanne Régis Costa	
DOI 10.22533/at.ed.48120290914	
CAPÍTULO 15.....	182
INCLUSÃO PRODUTIVA: UM OLHAR SOBRE A EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMA DO BIODIESEL NO PIAUÍ	
Maria Elza Soares da Silva	
Cristiane Lopes Carneiro d’Albuquerque	
Luzineide Fernandes de Carvalho	
Boanerges Siqueira d’Albuquerque Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48120290915	
CAPÍTULO 16.....	194
O ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS NO CONTEXTO DOS SEUS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE	
André Luiz Miranda Silva Zopelari	
DOI 10.22533/at.ed.48120290916	
CAPÍTULO 17.....	209
POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA INTERNACIONAL: UM OLHAR PARA A REGIÃO FUNCIONAL 7/RS	
Edemar Rotta	
Neusa Rossini	
DOI 10.22533/at.ed.48120290917	
CAPÍTULO 18.....	223
MEDIAÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA: UM INSTRUMENTO POSSÍVEL DE COOPERAÇÃO MÚTUA	
Noemi Correa de Oliveira Feitosa	
Elisa Pinheiro de Freitas	

DOI 10.22533/at.ed.48120290918

CAPÍTULO 19.....235

A JUDICIALIZAÇÃO DE REGISTROS TARDIOS DE NASCIMENTO NA COMARCA DE
CORUMBÁ/MS

Adauto Ajala Dourado

DOI 10.22533/at.ed.48120290919

SOBRE O ORGANIZADOR.....251

ÍNDICE REMISSIVO.....252

CAPÍTULO 14

A CONTRIBUIÇÃO DA EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 28/08/2020

Joanne Régis Costa

Embrapa Amazônia Ocidental
Manaus-AM

CV: <http://lattes.cnpq.br/3474223741879939>

RESUMO: As Políticas Públicas são importantes instrumentos de implementação de justiça social e garantias fundamentais de direito social. O objetivo deste trabalho é apresentar ações da Embrapa, especialmente da Unidade Embrapa Amazônia Ocidental (Manaus-AM), em apoio à formulação e à implementação de Políticas Públicas. Os dados utilizados nesta pesquisa são primários e secundários, coletados a partir de pesquisa documental e bibliográfica. As atividades da Embrapa são desenvolvidas por meio de pesquisas, notas técnicas, produtos, processos, serviços, metodologias, sistemas e práticas agropecuárias, participações em audiências públicas e em fóruns de discussão, integrando diversos atores e suas competências e conhecimentos, contribuindo, assim, com a formulação e implementação de políticas públicas. A Unidade Embrapa Amazônia Ocidental direciona esforços para amplificar a entrega de valor para a sociedade amazônica visando contribuir para a qualidade de vida em uma região com fortes restrições ambientais. Visualiza-se a importância do investimento em Ciência e Tecnologia para que o Brasil tenha um

setor agropecuário sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade, Direitos sociais, Ciência e Tecnologia, Amazônia.

EMBRAPA WESTERN AMAZON'S CONTRIBUTION TO PUBLIC POLICIES

ABSTRACT: Public Policies are important instruments for implementing social justice and fundamental guarantees of social law. The objective of this paper is to present actions by Embrapa, especially by the Embrapa Amazônia Western Unit (Manaus-AM), in support of the formulation and implementation of Public Policies. The data used in this research are primary and secondary, collected from documentary and bibliographic research. Embrapa's activities are developed through research, technical notes, products, processes, services, methodologies, agricultural systems and practices, participation in public hearings and in discussion forums, integrating diverse actors and their skills and knowledge, thus contributing to with the formulation and implementation of public policies. The Embrapa Western Amazon Unit directs efforts to amplify the delivery of value to Amazonian society in order to contribute to the quality of life in a region with strong environmental restrictions. The importance of investing in Science and Technology is visualized so that the Brazil has a sustainable agricultural sector.

KEYWORDS: Sustainability, Social Rights, Science and Technology, Amazon.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo 'Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira' do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), apontou que cerca de 50 milhões de brasileiros, o que corresponde a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda equivalente a R\$ 387,07 ou US\$ 5,5 por dia. O estudo indica, ainda, que o maior índice de pobreza é da região Nordeste (43,5%) e o menor é da região Sul (12,3%). Os estados do Maranhão (52,4%), Amazonas (49,2%) e Alagoas (47,4%) possuem os maiores percentuais da população pobre brasileira.

A pobreza fragiliza indivíduos, famílias e comunidades e aumenta os impactos ambientais negativos. Para superá-la são necessárias Políticas Públicas multissetoriais como a universalização do acesso aos serviços de saúde, o acesso à educação integral, o estímulo à criação de organizações de economia solidária, grupos comunitários de produção agrícola, fundos solidários e o desenvolvimento de tecnologias sociais (Wandelli *et al.*, 2018).

As Políticas Públicas consistem em iniciativas dos governos (federal, estaduais ou municipais) para suprir uma demanda, uma necessidade da sociedade que supostamente se identifica e se elege previamente à ação estatal (Meneguim e Freitas, 2013). Logo, as Políticas Públicas são importantes instrumentos de implementação de justiça social, unidade de garantia da efetividade da norma constitucional ou infraconstitucional, de direitos e garantias fundamentais de direito social. A justiça social exige muito mais que a afirmação formal em documentos jurídicos ou políticos, uma política pública que a desenvolva (Gorczewski e Mayer, 2015).

Diante desse cenário, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) nasceu da necessidade de viabilização de soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

A criação da Embrapa, em 1973 e vinculada ao MAPA, foi um instrumento de Política Pública para a modernização da agricultura que contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas e inovações que tornaram a agricultura brasileira em grande produtora e exportadora de alimentos, fibras e energia. Na lei que criou a Embrapa (5.851, de 7 de dezembro de 1972), o artigo 2 define como finalidades da empresa: I – promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento agrícola do País; e II – dar apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo, com atribuições de formulação, orientação e coordenação das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola (Bolfe *et al.*, 2016).

Neste trabalho, são apresentadas ações da Embrapa, com ênfase na Unidade Descentralizada Embrapa Amazônia Ocidental (Manaus-AM), em apoio à formulação e à implementação de Políticas Públicas, demonstrando que Ciência e Tecnologia tem um papel fundamental para mudanças, para o desenvolvimento de Políticas Públicas, especialmente aquelas relacionadas à agricultura.

2 | METODOLOGIA

Os dados utilizados nesta pesquisa são primários e secundários, coletados a partir de pesquisa documental e bibliográfica, em sites da Embrapa, dos governos federal e estadual, artigos científicos, documentos técnicos, relatórios, entre outros.

A pesquisa documental pode ser considerada um meio, um caminho, uma metodologia que ajudará entender a realidade material. Os documentos podem “[...] ser o ponto de partida da pesquisa[...]” para conhecer a realidade. Nesse sentido, “a análise documental oferece[para a pesquisa em política educacional] dados necessários para a pesquisa, a partir de documentos—registros estatísticos, diários, atas, biografias jornais, revistas, entre outros”, fazendo-se assim, o “[...] resgate histórico e a contextualização das políticas públicas do presente com as transformações que ocorrem ao longo da história” (Rodríguez, 2004).

A pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto”, já a pesquisa documental Gil afirma que “[...] vale-se de matérias que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa” (Gil, 2002). Os dados foram interpretados e o conteúdo foi averiguado conforme os objetivos da pesquisa.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A agenda da Embrapa

A Embrapa é composta por 43 unidades centrais e descentralizadas (<https://www.embrapa.br/embrapa-no-brasil>) e uma agenda voltada para a busca de novos conhecimentos, os quais são apresentados na forma de produtos, processos, serviços, metodologias, sistemas e práticas agropecuárias. Busca gerar soluções tecnológicas para o setor agropecuário, informações e conhecimentos técnico-científicos que contribuam com a formulação e implementação de Políticas Públicas. Nesse âmbito, a Empresa atua em dois eixos: (i) viabilizar tecnologias para contribuir com a implementação de Políticas Públicas e (ii) subsidiar com dados técnico-científicos a formulação de Políticas Públicas. O objetivo é fornecer conhecimentos científicos para a tomada de decisão dos governos em benefício da sociedade. As atividades são desenvolvidas por meio de pesquisas, notas técnicas, audiências públicas e participações em fóruns de discussão, integrando diversos atores e suas competências e conhecimentos, contribuindo, assim, com a formulação de políticas públicas (Embrapa, 2019).

O documento ‘Diagnóstico de Políticas Públicas formuladas com a participação da Embrapa’ apresentou resultados do Balanço Social de 2014 e de 2015, revelando que a Empresa contribuiu para a formulação de 104 Políticas Públicas (Ávila *et al.*, 2017).

Em colaboração com servidores dos ministérios, a Embrapa vem acompanhando e gerenciando posições institucionais sobre a gestão de recursos naturais e mudanças climáticas em convenções, acordos, protocolos, tratados, comissões e fóruns mundiais. E também tem participado de decisões vinculadas a políticas nacionais e globais, oferecendo, para tanto, suporte técnico e científico. Nesses eventos internacionais, vem oferecendo apoio às delegações brasileiras. A par disso, tem dado suporte a parlamentares e comissões especiais na discussão de novas leis sobre aqueles temas no Congresso Nacional (Arzabe, 2018).

O documento 'Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2019' (Embrapa, 2019) destaca algumas ações:

1. Apoio aos projetos estratégicos do MAPA 2019-2022:

Programa Agronordeste - objetivo de apoiar a organização das cadeias agropecuárias de relevância atual ou potencial na região Nordeste e a ampliação e diversificação dos canais de comercialização, atuando com pertinência social, ambiental e econômica e buscando aumentar a eficiência produtiva e o benefício social;

Observatório da Agropecuária Brasileira;

Pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura brasileira e

Gestão Integrada de Riscos Agropecuários.

2. Audiências Públicas – Participação de pesquisadores e analistas da Embrapa em 24 audiências públicas promovidas pelo Congresso Nacional, aumento de 14% em relação a 2018 e foram produzidas 36 notas técnicas para contribuir com assuntos em discussão no Legislativo, aumento de 71% em relação a 2018. Foi implementado, também, no início de 2019, um Plano de Relacionamento da Embrapa com os parlamentares, que contou com a promoção de eventos e a divulgação de publicações voltadas a esse público.

3. Participação em Fóruns e Convenções Internacionais – A Embrapa atuou junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Esse trabalho consiste no apoio técnico-científico sobre temas específicos com os quais a Embrapa contribui para a negociação de normativas, regulamentações e compromissos internacionais do Brasil relacionados ao setor agrícola que também possui rebatimento doméstico – na forma de políticas públicas.

Subsídios à formulação de Políticas Públicas constituem uma significativa parte da produção da pesquisa pública, baseada em informações e conhecimentos que não se materializam, necessariamente, em insumos e produtos, visíveis e facilmente mensuráveis. São inúmeros os exemplos da relevância da produção de conhecimentos para formulação e aprimoramento de políticas e estímulos: a formulação do Código Florestal, que incorporou grande acervo de conhecimentos de pesquisa realizada pela Embrapa e pelas universidades

brasileiras; estudos sobre pobreza rural, que servem para orientar a extensão rural e as Políticas Públicas; o zoneamento de risco climático, que visa racionalizar a exploração agrícola no território nacional; estudos sobre novos espaçamentos e manejos, novos conhecimentos sobre solos e clima e escolha otimizada de insumos e orientação para uso. Todos esses são conhecimentos fundamentais para a evolução e o aprimoramento contínuo dos sistemas produtivos. São, em síntese, conhecimentos indispensáveis para quem faz agricultura (Embrapa, 2016).

Atividades especialmente relacionadas à agricultura familiar disponibilizam tecnologias de sistemas agroalimentares, valoração de produtos vegetais oriundos da agrobiodiversidade, tecnologias para diminuição dos custos de produção de alimentos, bem como pesquisas e apoio a economias sociais e solidárias (Wandelli *et al.*, 2018).

Em 2019, o Lucro Social da Embrapa foi de R\$ 46,49 bilhões. Tal valor corresponde à avaliação de impactos econômicos de uma amostra de 160 soluções tecnológicas e cerca de 220 cultivares incluídas no Balanço Social, além dos demais ganhos sociais. Relacionando o Lucro Social com a Receita Operacional Líquida da Empresa é possível afirmar que, em 2019, cada real investido na Embrapa resultou em R\$ 12,29 para a sociedade brasileira. A adoção desta amostra de tecnologias pelo setor produtivo foi também responsável pela geração de mais de 46 mil empregos ao longo das cadeias produtivas nas quais estão inseridas tais tecnologias. Os resultados estão disponibilizados no Balanço Social de 2019 (<https://www.embrapa.br/balanco-social>), o que evidencia que os investimentos feitos em pesquisa agropecuária têm alcançado resultados positivos (Embrapa, 2019).

3.2 Embrapa Amazônia Ocidental

Em uma região estratégica para o País, a Unidade Descentralizada Embrapa Amazônia Ocidental (Manaus-AM) tem desenvolvido tecnologias e práticas sustentáveis em aquicultura, culturas alimentares e agroindustriais, plantas medicinais e condimentares, olericultura, silvicultura e manejo florestal, sistemas agroflorestais, sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta e fruticultura, visando a inovação, cadeias produtivas eficientes e conhecimentos para o embasamento de Políticas Públicas.

Mais especificamente, os projetos desenvolvidos pela referida Unidade nos últimos anos abordam temas como: Melhoramento genético de culturas nativas, como o guaranazeiro e o cupuaçuzeiro, Análises de crescimento e marcha de absorção de nutrientes de espécies medicinais amazônicas, Fixação biológica de nitrogênio em feijão-caupi e milho cultivados em sistema de plantio direto, Biofertilização em cultivo solteiro e consorciado de hortaliças sob manejo orgânico em condições de terra firme no estado do Amazonas, Produção de grãos em sistema de plantio direto no Amazonas, Estudos sobre solos, Desenvolvimento de protocolos para o controle de doenças parasitárias e bacterianas em tambaqui (*Colossoma macropomum*) com emprego de produtos naturais, Estratégias de manejo de plantas daninhas, Rede de pesquisa de compostos químicos

vegetais para o controle de malária a partir da etnofarmacologia nos estados do Amazonas e Acre, Cultura da bananeira, Novas tecnologias para a dinamização da produção da borracha no Amazonas, Arranjos de sistemas agroflorestais (SAFs) e de Integração Lavoura Pecuária-Floresta (ILPF) em propriedades de agricultores, Avaliação do estoque de carbono e da biodiversidade em floresta manejada comercialmente no Amazonas, Pesquisa e transferência de tecnologias para o desenvolvimento da produção de hortaliças, banana e melancia como alternativa para agricultores familiares do estado do Amazonas na diversificação e agregação de valor na cadeia produtiva, Desenvolvimento da citricultura e implantação do modelo de produção integrada no estado do Amazonas, Estratégia de multiplicação rápida de variedades superiores de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para o aumento da produção de farinha e fécula no Estado do Amazonas, Manejo da paisagem agrícola em comunidades da zona rural de Manaus, AM, Piscicultura comunitária em sistema misto de produção voltado para realidade dos habitantes de várzea, Gestão ambiental de pequenas propriedades agrícolas, entre outros temas.

O Pró-rural é um Programa de Estado para disseminação e incorporação de novas tecnologias de produção rural sustentável no estado do Amazonas. Apoia com bolsas e recursos financeiros diretos ações de Transferência de Tecnologia para o setor rural. A Embrapa Amazônia Ocidental coordenou quatro linhas temáticas no Programa Pró-Rural: Culturas Alimentares, Seringueira, Fruticultura e Pecuária Sustentável. Com as atividades dessas quatro linhas a Embrapa teve ações em 45 dos 62 municípios do Amazonas. As ações incluíram condução de Unidades Demonstrativas, dias-de-campo, cursos, entre outras, voltadas para capacitação de agentes de ATER e agricultores para o emprego das novas tecnologias.

Em 2005, foi criado o Conselho Estadual de Pesca e Aquicultura (CONEPA), um órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura básica de Secretaria de Estado da Produção Rural do Governo do Estado do Amazonas. Tem por finalidade propor a formulação de políticas com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades da pesca e da aquicultura no Estado do Amazonas. A Embrapa Amazônia Ocidental faz parte do CONEPA desde sua criação, contribuindo para a formulação das políticas públicas voltadas para o setor de pesca e aquicultura do Amazonas.

O Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) é uma Política Pública estruturada em seis processos tecnológicos: Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária Floresta; Sistema Plantio Direto; Fixação Biológica de Nitrogênio; Florestas Plantadas e Tratamento de Dejetos de Animais. A Embrapa Amazônia Ocidental participou diretamente na elaboração desta política, em princípio, compondo o Grupo de Trabalho inicial para elaboração da proposta estadual, ofereceu pareceres sobre impactos ambientais causados pelo desmatamento e continua oferecendo suporte ao grupo por meio da participação em reuniões e pareceres técnicos.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) criado em 2003, está vinculado à Secretaria de Estado de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado (SEPROR). É um órgão colegiado estadual criado para propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável no Amazonas. Possui Conselheiros Natos (direito a voz e voto) representando 40 entidades (20 órgãos governamentais, sendo 8 Federais e 12 Estaduais e 20 organizações e entidades da sociedade civil), conta ainda com 37 conselheiros convidados (direto a voz) representantes do poder público e da sociedade civil. A Embrapa Amazônia Ocidental participa do CEDRS como Conselheiro Convidado, contribuindo nas discussões e elaboração de documentos de apoio para formulação e implementação de políticas públicas para o Desenvolvimento Rural Sustentável do estado do Amazonas.

A Unidade participa também do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas e da Comissão de Orgânicos do Estado do Amazonas.

A Comissão Estadual de Zoneamento Socioeconômico-Ecológico (CEZEE) é um marco para o estabelecimento de diretrizes para o Ordenamento Territorial do Estado do Amazonas, com vistas à preservação, levando em conta a produção no Estado. A Embrapa Amazônia Ocidental contribui com a CEZEE, dando subsídios técnicos para as discussões e definição de diretrizes do ordenamento territorial do Estado.

A Lei 12.805/2013 regulamenta, como Política Pública, o estímulo à adoção da tecnologia de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta como estratégia de aumento de produtividade e renda das atividades agropecuárias (empresarial ou familiar), redução de emissões de gases de efeito estufa com observância aos princípios de proteção ambiental e zoneamento ecológico-econômico do Brasil. A Embrapa Amazônia Ocidental participa na implementação da referida política com Unidades de Referência Tecnológica (URTs).

A Unidade está realizando a disseminação de tecnologias para a produção de café clonal no Amazonas, com novas cultivares clonais, mais produtivas, em substituição às lavouras implantadas por meio de sementes. Além disso, técnicas de manejo da lavoura contribuem para o aumento da produção de café do estado e a produtividade pode ser até três vezes maior, sem a necessidade de abertura de novas áreas. Os resultados incentivaram gestores públicos a criarem uma política pública estadual, estabelecendo o café como cultura prioritária para cinco municípios do estado do Amazonas, nos seguintes locais: sub-região do Madeira (Apuí); sub-região do Médio Amazonas (Silves e Itacoatiara), Sub-região do Purus (Vila Extrema/Lábrea) e Sub-região do Juruá (Envira).

Outro exemplo de contribuição para implementação de Políticas Públicas são as ações do projeto “Gestão ambiental de pequenas propriedades agrícolas” desenvolvido em um assentamento da reforma agrária (Assentamento Tarumã-Mirim), com uma APA sobreposta (APA Tarumã-Açu/Tarumã-Mirim), localizado na zona rural de Manaus-AM. Observou-se no local um cenário em que há a necessidade da melhor participação do

Estado, bem como da maior organização das famílias assentadas para alcançarem a realização de seus direitos, com maior acesso às Políticas Públicas. Foi possível verificar o pouco acesso às políticas públicas de infraestrutura, crédito, educação, saúde, conservação e preservação ambiental e produção agropecuária.

As lacunas representadas pela falta de acesso às Políticas Públicas evidenciam uma má gestão do assentamento, em uma visão ampla, assim como uma gestão inadequada em escala de propriedades agrícolas. O assentamento e entorno podem avançar no desenvolvimento a partir de cadeias produtivas de frutíferas nativas, potencial produtivo que está sendo construído atualmente.

A atuação da Embrapa na área visa a implementação de um novo modelo de produção agroflorestal amparado pelo Plano Amazônia Sustentável (PAS) que oferece estratégias de desenvolvimento com sustentabilidade, a fim de que haja uma conservação e preservação efetiva dos recursos naturais. O PAS é voltado para a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras com a geração de emprego e renda, compatível com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas, e visando a elevação do nível de vida da população. Em 2019, foram realizadas ações visando à segurança alimentar, à geração de renda, à recuperação de áreas alteradas e ao fortalecimento de competências. Foi aplicada metodologia desenvolvida pela Embrapa para que a família pudesse ter uma participação ativa, considerando seus interesses, planos e prioridades, as características da propriedade agrícola como um todo e o contexto local. Foram realizadas capacitações sobre alternativas alimentares, no âmbito da comunidade, bem como reuniões para planejamento anual e acompanhamento das atividades. No âmbito da família, foram realizadas rodas de conversa, grupos de trabalho e visitas técnicas, momentos em que se realizou a introdução de mecanismos de gestão, incluindo o diagnóstico da propriedade, o planejamento, o monitoramento e a avaliação do uso dos recursos (humanos, financeiros, materiais, tecnológicos e de informação). Foram feitos plantios diversos, especialmente de açaí (*Euterpe oleracea* BRS Pará), cultivar mais produtiva, precoce e com menor altura, lançada pela Embrapa. Alguns plantios foram realizados em áreas especiais como APPs e Reserva Legal, contribuindo para a aplicação das diretrizes do Código Florestal. Busca-se reconhecer as várias expressões da vulnerabilidade social, o que transcende a esfera economicista do desenvolvimento. Dessa forma, consideram-se o empreendedorismo como instrumento de solução de problemas sociais, a saúde da família, a segurança alimentar, o emprego/ocupação, o fortalecimento de associações e cooperativas, a fim de produzir e comercializar de forma coletiva, controle e prevenção de desmatamentos e queimadas, à baixa emissão de carbono na agricultura e contribui também para a intensificação e sustentabilidade dos sistemas de produção, a inserção no comércio local de produtos agrícolas e a permanência das famílias no lote.

O projeto colabora também para o Programa Nacional de Florestas (PNF) que busca promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso com a conservação

das florestas brasileiras. Esse Programa é constituído de projetos que são concebidos e executados de forma participativa e integrada pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais e a sociedade civil organizada. O objetivo é estimular as atividades de reflorestamento, notadamente em pequenas propriedades rurais; recuperar Áreas de Preservação Permanente, de Reserva legal e outras áreas alteradas; apoiar as iniciativas econômicas e sociais das pessoas que vivem em florestas e estimular a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas florestais.

De uma forma geral, os projetos desenvolvidos pela Embrapa Amazônia Ocidental contribuem para o fortalecimento do Fundo Amazônia e para outras Políticas Públicas como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Plano Safra Amazonas 2019/2020, Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), Plano Nacional de Mudança do Clima, Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), Estratégias de REDD (ENREDD+), Programa Nacional de Solos do Brasil, Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei das Águas), Política Nacional do Meio Ambiente, Política Nacional da Biodiversidade, Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), Política Nacional de Pagamento de Serviços Ambientais, Política Nacional de Recursos Genéticos da Agrobiodiversidade, Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), Programa Nacional de Solos do Brasil (Pronasolos), Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas, Política Nacional de Fitoterápicos e Plantas Medicinais, Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e ao Código Florestal, buscando promover adequação ambiental e fomentar ações que impactam de forma positiva a implementação de políticas agroambientais.

Com o acesso às Políticas Públicas os agricultores têm a oportunidade de realizar diversas melhorias em suas propriedades, promovendo o aumento de sua produção, produtividade e renda, capacitando, otimizando e humanizando a mão de obra, melhorando as técnicas de manejo, estimulando a agregação de valor aos produtos, incitando a preservação do meio ambiente, entre outros. Nesse sentido, as famílias são estimuladas a permanecerem no meio rural, tendo em vista a melhoria em sua renda e qualidade de vida (Pereira *et al.*, 2019).

Ressalta-se, ainda, a colaboração da Embrapa Amazônia Ocidental para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Foi formada uma Comissão para realizar ações de internalização da Agenda na Unidade. Em conjunto com a coordenação da Rede ODS Embrapa, a Unidade contribuiu para a elaboração de subsídios técnico-científicos

relacionados aos indicadores do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e do ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e para a FAO/ONU.

A Unidade também contribuiu com a edição de livros em colaboração com outras Unidades da Embrapa que abordaram as tecnologias desenvolvidas pela Empresa disponíveis para a sociedade. <https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Políticas Públicas são a materialização do Estado por meio de diretrizes, programas, projetos e atividades que tem por fim atender as demandas da sociedade. São chamadas públicas para distinguir do privado, do particular, do individual, considerando-se a ótica de que o termo público tem uma dimensão mais ampla e abrange o estatal e o não estatal (Gorczevski e Mayer, 2015).

A Embrapa oferece posicionamento técnico institucional a proposições legislativas e demandas governamentais ou de outras representações, além de avançar cada vez mais com estudos, ações e informações qualificadas para aumentar a competitividade e a sustentabilidade da agropecuária e contribuir para a formulação, o aprimoramento e a implementação de Políticas Públicas (Embrapa, 2019).

Este documento apresentou a atuação da Embrapa com ênfase na Unidade Embrapa Amazônia Ocidental como geradora de soluções tecnológicas e de conhecimentos para embasamento e implementação de Políticas Públicas. Os esforços da Unidade estão direcionados para amplificar a entrega de valor para a sociedade amazônica visando contribuir para a qualidade de vida em uma região com fortes restrições ambientais.

Visualiza-se a importância do investimento em Ciência e Tecnologia para que o País tenha um setor agropecuário sustentável.

REFERÊNCIAS

ARZABE, C. **Contribuições da Embrapa para os 5 Os: Pessoas, Prosperidade, Planeta, Parceria e Paz.** In: Pesquisa e inovação agropecuária na agenda 2030: contribuições da Embrapa e parceiros. – Brasília, DF: Embrapa, 2018. 57 p.

ÁVILA, A.F.D.; VEDOVOTO, G.; PENTEADO, R.; GAZZOLA, R. e FONSECA JUNIOR, W. **Diagnóstico de Políticas Públicas Formuladas com Participação da Embrapa.** Brasília (DF): Embrapa, 2017. 99p.

BOLFE, E.L.; LOPES, D.B. e CONTINI, E. Territórios e Políticas Públicas rurais. **Clima Com Cultura Científica**, v. 3, n. 6, 2016.

EMBRAPA. **Plano Gerencial da Embrapa.** Brasília (DF): Embrapa, 2016. 32p.

EMBRAPA. **Carta anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2019**. Brasília (DF): Embrapa, 2019. 26p.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. - São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GORCZEWSKI, C. e MAYER, G. S. **Algumas considerações acerca das Políticas Públicas** como instrumento de inclusão social. In: XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas sociedade contemporânea. CEPEJUR. Santa Catarina, 2015. 21p.

IBGE, 2015. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. (IBGE. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 35). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2020.

MENEQUIN, F B.; FREITAS, I. V. B de. **Por que avaliar Políticas Públicas?** 2013. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2013/03/por-que-avaliar-politicas-publicas.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

PEREIRA, E. L.; BETT, E.G. e MENDES, W. G. **As Políticas Públicas** na agricultura familiar (PRONAF): considerando a distribuição de recurso do posto de atendimento da Cresol de Lauro Müller (SC). In: LACERDA, G.B (Org.). **As políticas públicas frente a transformação da sociedade**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. 445p.

RODRIGUEZ, M. V. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **Caderno de Cultura**, n. 7, 2004.

VERGARA, S. C. **Método de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas. 2005.

WANDELLI, E.V.; ABREU, L.S.; TAVARES, E. D.; BIANCHINI, F; SILVA, A.P.; BELTRÃO, S. L. L. e FERREIRA, M. S. G. **Contribuições da Embrapa para erradicação da pobreza**. In: ODS 1 - Erradicação da pobreza : contribuições da Embrapa / Patrícia da Costa ... [et al.], editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2018. 50 p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração Pública 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 108, 147, 155, 156, 157, 221, 226, 251

Agricultura Familiar 14, 17, 125, 175, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192

Amazônia 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 251

Assistência Social 74, 82, 83, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 103, 105, 125, 154, 212, 215

Avaliação 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 38, 77, 90, 111, 113, 114, 118, 147, 155, 164, 169, 175, 176, 178, 194, 195, 196, 201, 206, 207, 251

B

Biodiesel 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Brasil 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 25, 28, 32, 33, 36, 39, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 83, 86, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 154, 155, 157, 161, 165, 166, 171, 173, 174, 177, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 207, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 247, 249, 250

C

Capacitação 20, 94, 111, 112, 113, 114, 115, 128, 129, 160, 167, 168, 176, 226, 229, 232

Capital Humano 3, 4, 11, 17, 28, 52, 53, 55, 61, 62, 63, 68

Capitalismo 75, 76, 77, 78, 79, 83, 124, 221

Cidadania 23, 24, 32, 83, 84, 86, 87, 97, 156, 157, 162, 168, 169, 223, 224, 226, 232, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 247, 251

Cidade 7, 31, 114, 120, 125, 128, 141, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 161, 168, 238, 244

Controle Social 23, 24, 25, 31, 32

Cooperação 13, 14, 35, 43, 44, 47, 49, 93, 103, 121, 139, 168, 189, 202, 223, 224, 229, 230, 231, 233

D

Desenvolvimento 3, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 55, 60, 69, 70, 71, 78, 85, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 103, 104, 112, 114, 115, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,

136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 154, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 194, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 234, 239, 251

Desigualdade 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 122, 126, 149, 214

E

Economia Criativa 23, 25, 27, 28, 30, 32, 33

Economia Solidária 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 170, 172

EMBRAPA 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 196, 200, 207

Extensão Rural 175, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193

F

Família 73, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 100, 127, 178, 186, 187, 219, 225, 229, 230, 231, 235, 236

Formulação 18, 23, 24, 26, 31, 37, 38, 48, 87, 90, 140, 147, 148, 153, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 180, 185, 186

Fronteira 167, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 241, 242, 247, 248

Fundo Público 209, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222

G

Gestão Pública 1, 5, 10, 13, 14, 15, 20, 23, 24, 25, 31, 34, 50, 103, 131, 146, 161, 169, 251

Governança 111, 112, 113, 114, 118, 119, 140, 174, 181, 222

H

Habitação 80, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 212, 215

I

Implementação 7, 18, 19, 23, 24, 26, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 48, 93, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 127, 133, 136, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 152, 153, 155, 167, 169, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 189, 190, 191, 193, 206, 226

Inclusão 91, 121, 122, 123, 130, 137, 146, 154, 163, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 191, 192, 222, 226

Inovação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 45, 158, 168, 172, 174, 175, 180, 251

Interdisciplinaridade 85, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97

M

Mediação 37, 124, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234

Mercado de Trabalho 53, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 81, 82, 126, 127, 166

Município 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 40, 41, 48, 130, 140, 160, 161, 184, 186, 188, 207, 214, 241, 243

N

Nordeste Brasileiro 132, 133

O

Organizações da Sociedade Civil 111, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129

P

PAC 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Periferia 149, 156, 158, 159, 169

Planejamento 7, 8, 21, 27, 29, 69, 71, 72, 109, 110, 112, 137, 140, 141, 144, 149, 150, 153, 154, 166, 168, 178, 210, 221, 222, 239

PNPB 183, 184, 185, 186, 191, 193

Política Pública 23, 24, 28, 30, 31, 34, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 48, 50, 90, 120, 122, 123, 129, 130, 135, 142, 146, 149, 151, 172, 176, 177, 185, 186, 188, 189, 191, 194, 195, 199, 203, 205, 206, 221, 222, 224, 232

Políticas Culturais 27, 156, 157, 159, 161, 169

Políticas Sociais 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 90, 97, 123, 154, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222

Previdência Privada 98, 99, 101, 102, 106, 107, 108

Previdência Social 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110

Programa de Regionalização do Turismo 132, 133, 138, 142

Proteção Social 73, 74, 78, 79, 82, 83, 84, 87, 90, 91, 92, 96, 103, 104, 105, 131, 216

R

Reformas Previdenciárias 99, 102, 103

Registro Tardio 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

Renda 17, 27, 30, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 81, 99, 100, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 133, 138, 139, 149, 150, 152, 163, 166, 168, 172, 177, 178, 179, 183, 185, 186, 200, 203, 216, 218, 219

Rota das Emoções 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142

S

Seguridade Social 86, 101, 103, 104, 105, 109

SENAES 122, 123, 124, 125, 129

SUAS 5, 8, 9, 18, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 35, 42, 46, 48, 49, 50, 53, 57, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106, 112, 114, 121, 123, 126, 127, 136, 143,

146, 148, 151, 153, 154, 158, 160, 164, 165, 171, 173, 179, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 209, 212, 217, 220, 230, 233, 235, 236, 237, 238, 239

Sustentabilidade 26, 109, 111, 112, 113, 118, 126, 141, 142, 160, 168, 171, 172, 174, 178, 180, 194, 195, 196, 197, 201, 208

T

Trabalhadores 33, 51, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 100, 102, 108, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129

Trabalho Interdisciplinar 85, 87, 91, 92, 93, 96, 97

Turismo 27, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

U

Urbanização 138, 145, 148, 149, 151, 152

Z


Zoneamento 175, 177, 179, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 